



CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Teoria e prática

O Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil tem por eixo temático o novo Código de Processo Civil em vigor e as inovações trazidas em relação à tutela jurisdicional e o processo, aprofundando o conhecimento jurídico na perspectiva teórico e prática. A grade curricular segue o percurso da metodologia constitucional observada pelo novo CPC. Em paralelo, são mantidos os fundamentos referentes ao acesso à ordem jurídica justa, o devido processo legal, a celeridade processual e os fins práticos voltados à eficácia da prestação jurisdicional e concretização da justiça social.

- **COORDENAÇÃO:** Professora Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira – Doutora em Direito pela PUC/SP;
- **INÍCIO:** Previsão em agosto/2019
- **CARGA HORÁRIA:** 360 horas/aula, divididas em 20 disciplinas e atividades extracurriculares.

DIFERENCIAL FESMP/MT

- Reconhecida tradição na capacitação da comunidade jurídica mato-grossense, retratada no desempenho profissional de vários ex-alunos;
- Qualidade dos cursos, sendo as aulas presenciais com professores doutores, pós-doutores e mestres, em sua grande maioria, com reconhecida experiência e competência;
- Portal do aluno para acompanhamento acadêmico;
- Horário de aulas diferenciado: 01 final de semana por mês, às sextas-feiras das 18:30h às 23:15h, sábados das 08:00h às 12:45h e das 14:00h às 18:45h.

VALOR DO INVESTIMENTO

- 20 parcelas de R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais) – Público geral;
- **Convênio OAB/MT:** 20 parcelas R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais);
- **Jovem Advogado (OAB até 05 anos):** 20 parcelas de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) - vagas limitadas;
- Pagamento a vista ou em 02 (duas) vezes acumula 10% (dez) de desconto;
- Opções de pagamento: boleto bancário, cartões de débito e crédito.



CRONOGRAMA DAS AULAS / MÓDULOS

1. TEORIA GERAL DO PROCESSO: COMPETÊNCIA E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

Parte Geral do CPC. Princípios Constitucionais e Legais. Interpretação da norma processual. Competência. Cooperação no Novo CPC. Da Intervenção de Terceiros.

Prof. Dr. Fábio Caldas de Araújo

Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa sob a orientação do prof. Dr. Menezes Cordeiro. Doutor em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Professor da Especialização da PUC/SP e da Especialização da UNIPAR e UEL. Professor do Curso de Mestrado da Unipar. Autor de diversas obras e artigos em revistas especializadas com concentração em Processo Civil e Direito Civil.

2. TUTELA JURISDICIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS

Considerações introdutórias sobre direitos humanos e fundamentais no novo constitucionalismo; a nova *summa divisio* constitucionalizada no Brasil (Título II, Capítulo I, da CR/1988 – direitos e deveres individuais e coletivos) e o princípio constitucional da prevenção geral como diretrizes importantes para a compreensão do direito fundamental à tutela jurídica adequada; a tutela jurídica, jurisdicional e extrajurisdicional, à luz do acesso à justiça como método de pensamento; a tutela jurisdicional e a importância do controle de constitucionalidade na proteção das normas sobre direitos humanos e fundamentais; a tutela jurisdicional dos direitos ou interesses coletivos, amplamente considerados, na condição de direitos fundamentais; aspectos pontuais sobre a tutela jurisdicional dos Direitos Humanos e Fundamentais no Novo Código de Processo Civil de 2015.

Prof. Dr. Gregório Assagra de Almeida

Pós-doutor pela Syracuse University, New York, Estados Unidos, quando *Visiting Scholar* e bolsista Capes em estágio sênior. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi Professor e foi coordenador do Curso de Mestrado em Proteção dos Direitos Fundamentais da Universidade de Itaúna. Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Assessor da Corregedoria-Geral do MPMG. Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional do CNMP.

3. JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS

Jurisdição Constitucional. O papel do Judiciário no Estado Democrático de Direito. Os remédios constitucionais destinados à tutela dos direitos e garantias fundamentais. ADIN, ADO, ADECON, ADPF e o ativismo judicial. Recursos para o STF no novo CPC. A Constituição e o Processo. Direitos constitucionais processuais. Princípios do processo civil na Constituição Federal. Teoria dos princípios como coração das constituições contemporâneas. O devido processo legal: aspectos material e formal. Princípios da efetividade, do contraditório e da ampla defesa. Princípio da isonomia: a isonomia formal e material no novo CPC. Princípio do Juiz e do Promotor Natural. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional. Princípio da proibição da prova ilícita. Poderes instrutórios do Juiz no novo CPC. Princípio do duplo grau de jurisdição. Princípio da fundamentação das



decisões judiciais na Constituição e no novo CPC. Conflito entre princípios e o princípio da proporcionalidade.

Aulas nos dias: 12 e 13/04/2019

Prof. Dr. Jorge Tosta

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Juiz de Direito em São Paulo. Professor Assistente Doutor da Universidade São Francisco em Bragança Paulista/SP. Docente Formador e Instrutor da Escola Paulista da Magistratura.

4. PROCESSO CONSTITUCIONAL: GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO E AÇÕES CONSTITUCIONAIS

Princípios Constitucionais Processuais. Constituição e as Normas Fundamentais do Novo CPC. O Processo Administrativo Constitucional. Direito de Petição. Ações Constitucionais: Mandado de Segurança Individual. Mandado de Segurança Coletivo. Mandado de Injunção Individual e Coletivo. *Habeas Data*. Ações Fundamentais para a proteção da propriedade e da posse. O Direito de Propriedade como Direito Fundamental e a proteção por meio das Ações Petitórias e Possessórias. Ações de Controle Concentrado e o papel de estabilização do Precedente.

Prof. Dr. Fábio Caldas de Araújo

Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa sob a orientação do prof. Dr. Menezes Cordeiro. Doutor em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Professor da Especialização da PUC/SP e da Especialização da UNIPAR e UEL. Professor do Curso de Mestrado da Unipar. Autor de diversas obras e artigos em revistas especializadas com concentração em Processo Civil e Direito Civil.

5. TUTELA PROVISÓRIA NO NCPC

Tutela provisória. Tutela de urgência: tutela antecipada e tutela cautelar. Tutela antecipada antecedente. Estabilização da tutela antecipada antecedente. Tutela cautelar antecedente. Tutela da evidência. Execução da tutela provisória e responsabilidade. Tutela provisória recursal.

Prof. Dr. Welder Queiroz dos Santos

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Professor nos cursos de graduação, especialização e mestrado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Coordenador da Especialização em Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Coordenador de Pesquisa da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Advogado.

6. PROCESSO DE CONHECIMENTO – PROCEDIMENTO COMUM: FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

Causas de formação, suspensão e extinção do processo de conhecimento. Consequências práticas aplicadas. Balizamento do processo civil pelos direitos fundamentais, em especial, o direito fundamental ao processo justo.

Prof. Dr. Guilherme Tanger Jardim

Doutor em Direito pela Università degli studi di Roma Tre. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da Fundação Escola Superior do Ministério



Público e da UniRitter - Laureate International Universities. Professor convidado das universidades de Burgos (Espanha), UNIVA (México) e Lisboa (Portugal). Advogado.

7. PROCESSO DE CONHECIMENTO: PROVAS E MEIOS DE PRODUÇÃO

Princípios fundamentais da prova cível no CPC/2015. Teoria Geral. Direito à Prova e o Protagonismo Instrutório. Prova emprestada. Distribuição Dinâmica do ônus da prova, Produção antecipada sem urgência. Ata notarial. Provas em espécie.

Prof. Dr. Willian Santos Ferreira

Doutor e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor nos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Coordenador da área de Contencioso Judicial e Arbitral da Especialização em Direito Imobiliário da PUC-SP/COGEAE. Membro Efetivo e Secretário-adjunto do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Sócio Benemérito da Academia Brasileira de Direito Processual Civil (ABDPC). Diretor do Centro de Estudos Avançados de Processo (CEAPRO). Ganhador do Prêmio Jabuti, como um dos coordenadores da Obra “Reforma do Judiciário” (RT). Autor de obras e artigos científicos. Consultor Jurídico e Advogado.

8. PROCESSO DE CONHECIMENTO: SENTENÇA E COISA JULGADA

Evolução ideológica do direito processual civil. Estrutura do procedimento no novo CPC. Sentença. Coisa julgada.

Prof. Dr. Olavo de Oliveira Neto

Pós-Doutorado em Direito Processual Civil pela *Università degli Studi di Milano* – Milão/Itália. Doutor em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor em Cursos de Pós-graduação “Lato Sensu”. Professor de Direito Processual Civil dos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP. Consultor jurídico e advogado.

9. NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL

Releitura dos Institutos Fundamentais do Processo. O Acesso à Adequada Tutela Jurisdicional. Princípios Processuais positivados no Novo Código de Processo Civil. Autorregramento Processual e Cooperação das Partes. Mediação e Arbitragem. Conceito. Distinções. Princípios Informativos. Procedimento. Mediadores. Árbitros.

Prof. Me. Caio Márcio Loureiro

Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Especialista em Interesses Difusos e Coletivos pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo. Especialista em Direito Processual Civil pela Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha” (Univem). Especialista em Direito Ambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso. Foi Professor do curso de Especialização da Escola Superior de Direito Constitucional em São Paulo, da Escola Superior do Magistratura do Paraná, do Curso de Especialização promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas – INBRAPE. Professor da Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso. Promotor de Justiça no Estado de Mato Grosso.

10. HERMENÊUTICA PROCESSUAL

Hermenêutica jurídica: principais escolas e tendências. Linguagem jurídica e interpretação. Hermenêutica Constitucional. A Interpretação conforme a Constituição. Hermenêutica e Processo. A metodologia do Novo Código de



Processo Civil e a Hermenêutica Processual. Interpretação das normas fundamentais e da aplicação das normas processuais. Os novos cânones hermenêuticos processuais: integridade e coerência. A concretização do Direito.

Profa. Dra. Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira

Doutora em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP. Advogada fundadora do Escritório Borges Ferreira Consultoria Jurídica, Professora Permanente do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito na Universidade de Marília – UNIMAR. Professora Permanente do Programa de Mestrado em Direito Processual e Cidadania da Universidade Paranaense - UNIPAR. Professora da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso – FESMP. Membro Efetivo do CONPEDI, tendo frequentado cursos de aperfeiçoamento nas Universidades de Telaviv, Universidade Autónoma do México, Universidade Urbaniana do Vaticano, Universidade de Roma, Universidade de Paris – *Sorbonne*, Universidade de Londres – *King College*. Autora de obras e artigos jurídicos.

11. TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL

Teoria geral das ações de execução. Espécies de ações executivas. Princípios fundamentais da execução. Requisitos da execução.

Prof. Dr. Camilo Zufelato

Doutor em Direito Processual pela Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Mestre em Master Universitario II Livello - Università degli Studi di Roma "Tor Vergata". Professor de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

12. PROCESSO DE CONHECIMENTO: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Código de Processo Civil de 2015: notas do processo legislativo e sobre competência legislativa (art. 22, I, e art. 24, XI, da Constituição Federal). Organização estrutural do CPC de 2015. Procedimentos especiais e tutela jurisdicional diferenciada: teoria geral. A relatividade da “divisão” entre jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária. A relatividade da “divisão” entre os procedimentos cautelares específicos do CPC de 1973 e as escolhas feitas pelo CPC de 2015. Terminologia empregada. Análise dos procedimentos especiais do CPC de 2015. Contraste com a disciplina dada ao tema pelo CPC de 1973. Aplicações do CPC de 2015 aos procedimentos especiais disciplinados pela legislação extravagante.

Prof. Dr. Cássio Scarpinella Bueno

Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais e Livre-Docente em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da Faculdade de Direito da PUC-SP, ministrando aulas nos cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado. Diretor de Relações Institucionais e membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual, membro do Instituto Iberoamericano de Direito Processual e membro da Associação Internacional de Direito Processual.

13. PROCESSO DE EXECUÇÃO: PARTE ESPECIAL

Execução por Quantia Certa contra devedor solvente: penhora, avaliação, expropriação e procedimentos. Execução de Obrigação de Fazer e Não Fazer: a fixação das astreintes e procedimento. Execução de Obrigação de Dar: procedimento. Defesas do devedor e de terceiros: objeção de executividade; exceção de executividade; impugnação ao cumprimento de sentença; embargos do devedor e de terceiro; embargos à arrematação e embargos à adjudicação.



Prof. Dr. Fernando da Fonseca Gajardoni

Professor Doutor em Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da USP - Ribeirão Preto (FDRP/USP). Doutor e Mestre em Direito Processual pela USP (FD-USP). Juiz de Direito no Estado de São Paulo.

14. TEORIA GERAL DO PROCESSO COLETIVO

Estudo dos elementos fundamentais do processo, Princípios Processuais Constitucionais do Processo Coletivo. Antecedentes históricos e evolução da teoria processual coletiva no direito estrangeiro e no direito pátrio. Aspectos práticos do processo coletivo no Brasil e tratamento específico dos elementos diferenciadores do processo coletivo e individual com ênfase para o acesso à justiça como direito fundamental.

Prof. Dr. Camilo Zufelato

Doutor em Direito Processual pela Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Mestre em Master Universitario II Livello - Università degli Studi di Roma "Tor Vergata". Professor de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

15. SISTEMA COLETIVO BRASILEIRO

O vínculo entre o Sistema Único Coletivo e a Direito Processual Civil Brasileiro como elemento essencial para a análise e estudo dos direitos difusos e seus instrumentos de proteção. Verificar os impactos no NCPC nos Processos Coletivos.

Prof. Dr. Luiz Manoel Gomes Junior

Doutor e Mestre em Direito pela PUC/SP. Professor nos Programas de Mestrado em Direito da Universidade de Itaúna-UIT/MG e da Universidade Paranaense – Unipar/PR e dos cursos de Pós-graduação da PUC/SP – Cogeae e da Escola Fundação Superior do Ministério Público do Mato Grosso -FESMP-MT. Atuou como Consultor da Organização das Nações Unidas – Relator da Comissão Especial do Ministério da Justiça para elaboração do anteprojeto da nova Lei da Ação Civil Pública (2008-2010). Advogado.

16. NOVO SISTEMA RECURSAL E TEORIA GERAL DOS RECURSOS

A Impugnação das Decisões Judiciais, Conceito de Recurso. A Importância Constitucional dos Recursos. Recursos no Novo CPC. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito. O Julgamento dos Recursos nos Tribunais. Requisitos de Admissibilidade. Princípios. Efeitos.

Prof. Dr. Artur Cesar de Souza

Doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Doutorando em Filosofia pela Universidade de Barcelona. Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina. Pós-doutor pelas seguintes universidades: Università Statale di Milano; Universidad de Valência; Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Pesquisador da CAPES Professor em Direito Processual Civil pela UNIFIL. Atualmente é juiz federal - Seção Judiciária do Paraná. Autor obras e artigos jurídicos.

17. METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA

A Pesquisa Jurídico Científica. A importância da Metodologia Jurídica e do Pensamento Jurídico e sua influência na pesquisa em Direito. A Pesquisa no Direito Processual Civil. Problema, Hipótese, Objetivos Geral e Específicos. Processo de



Pesquisa e Métodos de Investigação. Projetos de Pesquisa e de Monografia. Normas Técnicas aplicáveis aos Trabalhos Científicos. Publicações Científicas.

Prof. Dra. Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira

18. RECURSOS EM ESPÉCIE

Compreender os principais institutos Sistema Recursal Brasileiro, inclusive considerando as diretrizes do Novo Código de Processo Civil.

Prof. Dr. Luiz Manoel Gomes Junior

Doutor e Mestre em Direito pela PUC/SP. Professor nos Programas de Mestrado em Direito da Universidade de Itaúna-UIT/MG e da Universidade Paranaense – Unipar/PR e dos cursos de Pós-graduação da PUC/SP – Cogea e da Escola Fundação Superior do Ministério Público do Mato Grosso -FESMP-MT. Atuou como Consultor da Organização das Nações Unidas – Relator da Comissão Especial do Ministério da Justiça para elaboração do anteprojeto da nova Lei da Ação Civil Pública (2008-2010). Advogado.

19. DECISÃO E PRECEDENTES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

O diálogo contemporâneo entre as tradições de common law e civil law. Importância de uma teoria dos precedentes na tradição do civil law em face da superação do formalismo interpretativo. O problema da definição do sentido do direito e as múltiplas causas da dupla indeterminação do sentido das normas. A função dos tribunais superiores. Decisão, precedente, jurisprudência e enunciados sumulares: distinções necessárias. Fundamentos da vinculação ao precedente: igualdade, segurança jurídica, racionalidade e eficiência da função jurisdicional. Força persuasiva e força vinculante dos precedentes. Estrutura básica dos precedentes: *ratio decidendi* e *obiter dictum*. Superação ou afastamento dos precedentes: *distinguishing*, *modifying*, *overruling* e outros institutos. Fundamentação das decisões e formação, superação ou afastamento dos precedentes (precedente e motivação no Novo CPC). A vinculação ao precedente do CPC/73 ao Novo CPC: perspectivas. Notas sobre a jurisprudência recente do STF e objetivação do controle difuso de constitucionalidade

Prof. Dr. Daisson Flach

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor em nível de graduação e pós-graduação da Faculdade do Ministério Público (FMP). Professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Autor de obras jurídicas na área de Direito Processual Civil. Advogado.

20. METODOLOGIA DO ENSINO JURÍDICO

Ensino jurídico no Brasil. A crise do ensino jurídico: limites e possibilidades. A metodologia tradicionalista: o positivismo e a subsunção. Metodologia jurídica e pós-modernidade. A constitucionalização do direito e o ensino jurídico. Métodos de ensino em Direito e a problematização: articulação entre teoria e prática. Práxis pedagógicas e ensino jurídico participativo. Ensinabilidade e os recursos tecnológicos. O Ensino Jurídico do Direito Processual Civil.

Prof. Dra. Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira